

## A hipocrisia como política - A propósito da Escola da Ponte

[UMA CERTA] RETÓRICA INVADIU O DISCURSO DE MUITOS DOS ACTUAIS RESPONSÁVEIS PELO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO QUE PRETENDEM FAZER QUERER QUE A ÚNICA ALTERNATIVA AO QUE CONSIDERAM SER A «SITUAÇÃO DEFICIENTE DO NOSSO ENSINO», PASSA POR REDUZIR O PAPEL DO ESTADO, INTRODUIR A DESREGULAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCATIVAS E PROMOVER A CRIAÇÃO DE «QUASE MERCADOS» EDUCATIVOS.

Os defensores da privatização da escola pública costumam argumentar que ela é uma medida necessária para melhorar, entre outras coisas, a qualidade e eficácia do ensino, acabar com a burocracia e aumentar a ligação às famílias através do reforço do seu direito de decidirem qual a "melhor educação" para os seus filhos. Embora a evidência empírica esteja longe de provar a validade destes argumentos, o certo é que esta retórica invadiu o discurso de muitos dos actuais responsáveis pelo Ministério da Educação que pretendem fazer querer que a única alternativa ao que consideram ser a "situação deficiente do nosso ensino", passa por reduzir o papel do Estado, introduzir a desregulação das políticas educativas e promover a criação de "quase mercados" educativos.

Sob a aparência de um discurso "modernizador" de cariz neo-liberal (com fins de propaganda eleitoral ou de aconchego ideológico de clientelas políticas) esconde-se contudo uma prática "conservadora", claramente centralizadora que atinge, em particular, as tentativas de renovação da escola pública que não querem ficar confinadas a escolher entre o "punho de ferro do estado" e a "mão invisível do mercado?". É o que acontece, em geral, com a orientação que está a ser dada à política de reforço da autonomia das escolas (tímida e toscamente iniciada no governo anterior), mas que muitas escolas souberam explorar e dar um sentido efectivo, como é o caso da **Escola da Ponte**, em Santo Tirso.

A **Escola da Ponte** é uma escola pública de "qualidade reconhecida", com um projecto pedagógico sólido e inovador, com um forte envolvimento da comunidade, em particular dos pais, e com um sentido activo e responsável de autonomia institucional. Há razões de sobra para que qualquer governo interessado na melhoria do serviço público de educação garanta a continuidade do projecto desta escola (mesmo que para isso seja necessário "investir" mais). A **Escola da Ponte** é um bom exemplo para mostrar que as soluções para os problemas da educação não passam pela sua privatização, mas sim, pela capacidade de tornar mais pública a escola pública, promovendo um serviço educativo justo e de qualidade para todos e fazendo da participação dos alunos, dos professores e dos pais um exercício permanente de cidadania. Em vez de "dar a cada escola o seu público" é preciso que cada escola se abra à diversidade dos seus públicos, o que só é possível se for intransigente no reconhecimento dos seus direitos e se for solidária com as suas necessidades, interesses e anseios.

Como é do conhecimento geral não é esse o entendimento dos responsáveis pelo Ministério da Educação e por isso o projecto educativo da **Escola da Ponte** está ameaçado. A originalidade, importância e visibilidade internacional da acção educativa que vem sendo conduzida, há 27 anos, nesta escola aconselharia mais cautelas na decisão. Quanto mais não fosse, para o governo poder usar no seu marketing externo ou na campanha pelo reforço da auto-estima nacional, mostrando que em Portugal também há "casos de sucesso" e que o Ministério da Educação apoia a inovação e "as pedagogias alternativas".

Ao não fazer isto, a sensação que fica é que (como nos casos dos incêndios) é melhor pegar fogo à floresta para fomentar a especulação imobiliária... Isto é, destruir os bons exemplos de escola pública para criar artificialmente um mercado para a escola privada.